

# ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA

*...com enfoque  
nas ENERGIAS RENOVÁVEIS  
e na EFICIÊNCIA ENERGÉTICA*

Workshop Lisboa E-Nova  
"A dimensão do desempenho energético dos edifícios"  
Novembro 2006



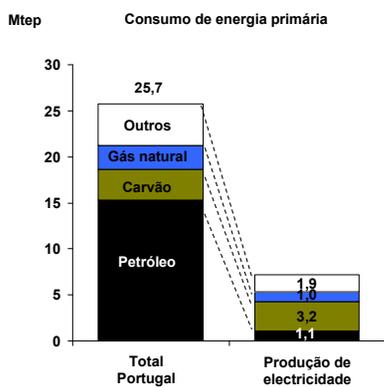
## AGENDA

- Caracterização energética
- Estratégia Nacional para a Energia
- Medidas já em curso e em preparação



## Caracterização energética do País:

### FORTE DEPENDÊNCIA DO EXTERIOR



#### Impacto na economia (2005)

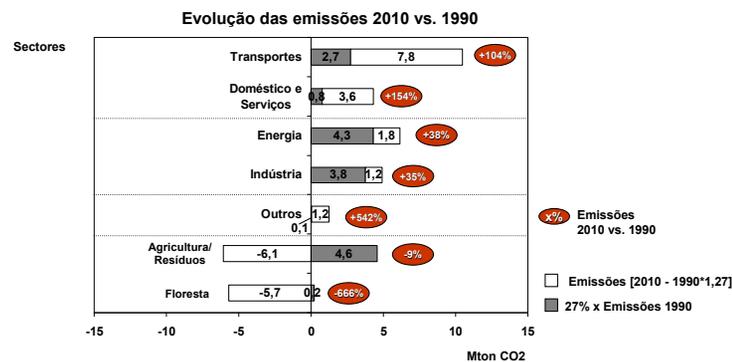
86% de dependência externa  
Saldo importador de €4.964M  
Energia importada representou  
13,4% das importações - FOB

Dados disponíveis à data (2003)



## Caracterização energética do País:

### UM CRESCIMENTO ELEVADO DO CONSUMO ... E DAS EMISSÕES



Fonte: PNAC 2006



## AGENDA

- Caracterização energética
- **Estratégia Nacional para a Energia**
- Medidas já em curso e em preparação



Uma política para resposta aos desafios:

RCM nº 169/2005  
de 24 de Outubro de 2005

## ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA



## ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA

### OBJECTIVOS

1. **GARANTIR A SEGURANÇA DO ABASTECIMENTO ENERGÉTICO**  
pela diversificação das formas e das fontes e redução da dependência
2. **ESTIMULAR E FAVORECER A CONCORRÊNCIA**  
para maior defesa dos consumidores e competitividade da economia
3. **GARANTIR A SEGURANÇA AMBIENTAL DO PROCESSO ENERGÉTICO**  
nomeadamente reduzindo a intensidade carbónica do PIB



## ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA

### LINHAS DE ORIENTAÇÃO

1. Liberalização dos mercados
2. Enquadramento estrutural da concorrência
3. Reforço das energias renováveis
4. **Promoção da eficiência energética**
5. **Aprovisionamento público “energeticamente eficiente e ambientalmente relevante”**
6. **Reorganização da fiscalidade e dos instrumentos de incentivos do sistema energético**
7. Prospectiva e inovação em energia
8. Comunicação, sensibilização e avaliação da estratégia

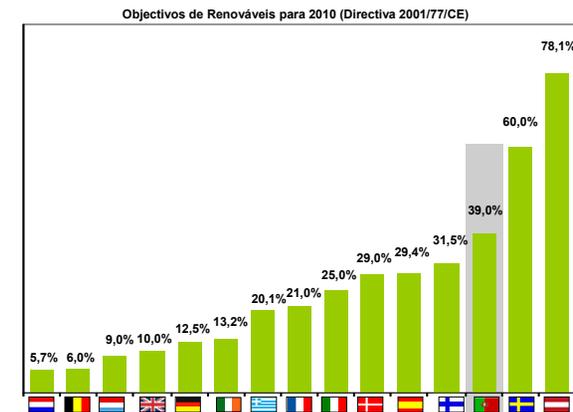


## ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA

### RENOVÁVEIS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: efeitos convergentes



## UMA FORTE AMBIÇÃO ... NAS ENERGIAS ENOVÁVEIS



...E NA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA  
(Directiva e Plano para a eficiência energética)

**-9% em 9 anos**  
incluindo transportes



## MEDIDAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

- A intensificação e diversificação do aproveitamento das fontes renováveis (enfoque na **energia eólica** e no **potencial hídrico** por explorar);
- A clarificação e a agilização dos mecanismos de licenciamento;
- A elaboração de um código de procedimentos de operação da PRE;
- O enquadramento legislativo dos certificados verdes e a criação de uma plataforma para a sua negociação;
- A valorização da biomassa florestal;
- A transposição da Directiva sobre Biocombustíveis (Dec-lei n.ºs 62 e 66/2006) para a introdução de biocombustíveis no nosso país;
- A redinamização do programa Água Quente Solar para Portugal;
- A avaliação dos critérios de remuneração da electricidade produzida, tendo em conta as especificidades tecnológicas e critérios ambientais.



## MEDIDAS EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

- A promoção da eficiência por parte das empresas da oferta da electricidade;
- A aprovação de nova legislação sobre a eficiência energética dos edifícios;
- A reforma do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE);
- A implementação de acordos voluntários com os diferentes sectores de actividade;
- A transposição da Directiva de Cogeração;
- A promoção da eficiência energética através da etiquetagem de equipamentos;
- O aumento da eficiência do transporte de passageiros e de mercadorias, (qualificação, expansão racional, infra-estruturas, ordenamento do território, ...)
- A redução do consumo nos transportes privados (veículos mais eficientes);
- A introdução de energias alternativas ao petróleo (também nos transportes);
- Melhorar a articulação das agências locais e regionais da energia;
- Financiar acções de promoção da eficiência energética e ambientais.



## MEDIDAS com RELEVÂNCIA AMBIENTAL

previstas no **PNAC 2006** (Medidas Adicionais): 3,7Mt CO<sub>2</sub>/ano

- **Reforço das metas de energia eólica para 5.100 MW**
- **Eficiência energética:**
  - Criação de uma taxa sobre as lâmpadas de baixa eficiência
  - Programa de Eficiência pela ERSE (€10M/ano)
  - Revisão do ISP sobre combustíveis industriais criando incentivos a acordos voluntários no novo RGCE
- **Redução da dependência do petróleo:**
  - Harmonização fiscal progressiva entre o gasóleo de aquecimento e rodoviário (até 2014)
  - Redução/Abandono progressivo da tarifa das co-gerações a fuelóleo
- **Transportes**
  - 60% do factor de emissão de CO<sub>2</sub> no Imposto Automóvel
  - 5% de transferência modal em Lisboa e Porto
  - Regulamento de Gestão de Energia nos Transportes de Mercadorias
  - Autoestradas do Mar e Sistema Logístico Nacional
- **Mais sumidouros na agricultura e floresta**



## AGENDA

- Caracterização energética
- Estratégia Nacional para a Energia
- Medidas já em curso e em preparação



## SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS

OBJECTIVO

Nova construção mais eficiente em termos energéticos

Novo impulso ao Programa Água Quente Solar:  
**1 Milhão de m<sup>2</sup> painéis solares térmicos até 2010**



- Obrigatória instalação de painéis solares térmicos nas novas habitações
- Novos regulamentos térmicos com maior exigência de eficiência energética para a construção
- Obrigação de um certificado energético para os edifícios



## CONCURSO PARA CENTRAIS A BIOMASSA FLORESTAL

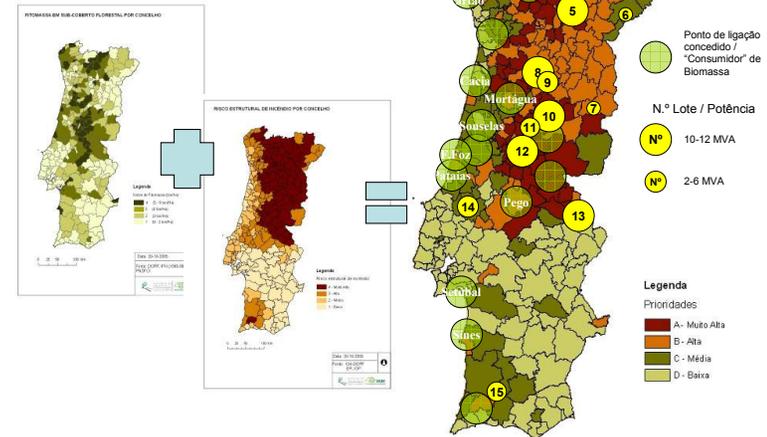
### OBJECTIVO

**CRIAR UMA REDE NACIONAL DE CENTRAIS DE BIOMASSA FLORESTAL PARA REDUZIR O RISCO ESTRUTURAL DE INCÊNDIO**

- Lançamento de concursos para 15 Centrais
  - 7 concursos para Centrais de 10-11 MVA
  - 8 concursos para Centrais até 2 a 5 MVA
- Foram privilegiadas zonas com elevada fitomassa, elevado risco estrutural de incêndio e potência disponível
  - evitando sobre-posição com grandes "consumidores" de biomassa
- 100 MW num total de ~€225M de investimento
- Criação de postos de trabalho em actividades de recolha
- >1 Milhão de toneladas de biomassa retirado das florestas



## REDE DE CENTRAIS DE BIOMASSA FLORESTAL



## INCENTIVOS FISCAIS AOS BIOCOMBUSTÍVEIS

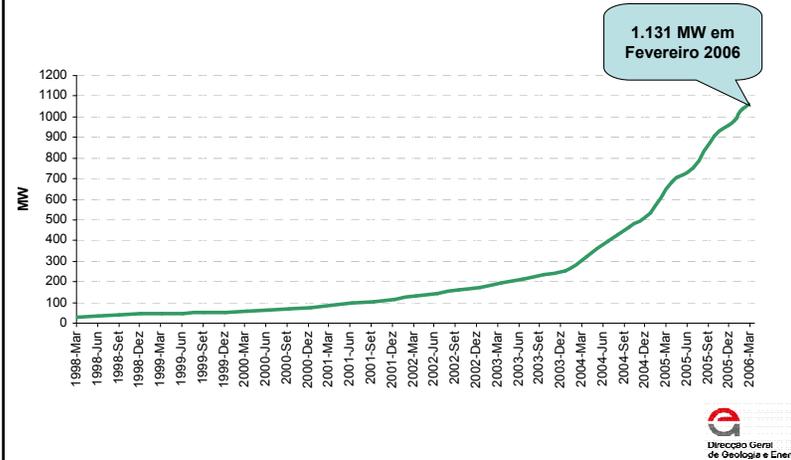
### OBJECTIVO

**SUBSTITUIR 5,75% DOS COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS POR BIOCOMBUSTÍVEIS ATÉ 2010**

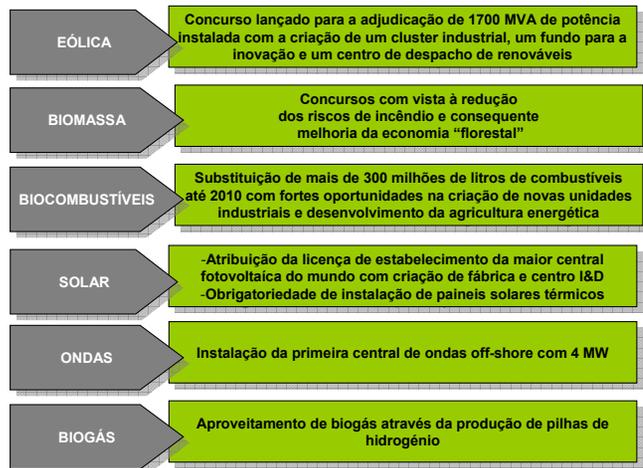
- Isenção do ISP – Imposto sobre Produtos Petrolíferos de €280 a €300 por 1.000 litros de biocombustível
  - Regime de autorização prevê % de produção agrícola nacional
- Isenção do ISP total para pequenos produtores dedicados
  - Com base em óleos residuais e frotas dedicadas
- +350.000 tons. de biocombustíveis -> €100M de investimento
- 60.000 ha de produção agrícola nacional (10% do total)
- Substituição de + 350 Milhões de litros de combustíveis/ano
- Menos 1,2 M toneladas de CO2



## O DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA EÓLICA



As medidas relativas às energias renováveis  
como **CATALIZADORAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



... E ACÇÕES EM PREPARAÇÃO

- Avaliação do potencial de cogeração e microcogeração
- Plano nacional de eficiência energética

